

PMDB pede e Sarney confirma que será candidato à reeleição

Senador diz que presidir a Casa é “uma carga de trabalho muito grande”, mas aceita o pedido do partido para tentar um quarto mandato. Segundo ele, uma das prioridades do Congresso em 2011 deve ser a reforma política

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, confirmou na sexta-feira que aceitou a indicação do seu partido e será candidato à Presidência da Casa para o biênio 2011/13, como havia afirmado à *Folha de S.Paulo* na véspera. Sarney disse que aceitar a indicação de seu nome pelo PMDB para dirigir a Casa pela quarta vez será um sacrifício.

– Já fui presidente algumas vezes e hoje eu já tenho certa idade. Para mim, é uma carga de trabalho muito grande dirigir uma casa política, colegiada e, ao mesmo tempo, com grandes problemas na área administrativa – disse.

De acordo com o presidente, apesar das dificuldades, a sua expectativa é de poder ajudar o Senado e o país. Segundo Sarney, a Casa deve se dedicar em 2011 à discussão de problemas que aguardam a decisão do Congresso Nacional e que foram prejudicados em 2010 por se tratar de um ano eleitoral.

– Ano passado foi um ano político, um ano atípico, um ano de eleição. A pauta



Sarney, cercado de jornalistas na chegada ao Senado, sexta-feira: convocação do partido para a reeleição

política dominou os trabalhos do Congresso. Este ano, estamos começando o governo com um trabalho novo. Acho que o grande enfoque será a discussão

de problemas que estão esperando uma decisão do Congresso – afirmou Sarney.

Entre os temas que devem merecer atenção do Senado este ano, Sarney des-

tacou a reforma política e a busca de soluções para as enchentes que atingiram as regiões Sul e Sudeste do país.

– Eu acho que, se não faz [a reforma política] no primeiro ano de cada legislatura, não se faz mais – assinalou.

Sarney confirmou que seria candidato à reeleição durante a gravação de um depoimento para documentário celebrando os 90 anos do jornal *Folha de S.Paulo*. A informação foi depois confirmada pela Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado.

O senador ressaltou ao jornal que a decisão não veio dele, mas do partido, e acentuou que nunca apresentou candidatura ao cargo.

“Não desejava ser presidente do Senado. Estou fazendo com grande sacrifício, mas apenas porque busquei que encontrassem outra solução e, em face do partido não ter encontrado, comuniquei ontem [quarta-feira] que ele podia e tinha concordância para submeter meu nome à bancada”, disse ao jornal.



Bancada decide alternar Marta Suplicy e José Pimentel no cargo de vice-presidente do Senado

PT quer rodízio na Vice-Presidência

Após quatro horas de reunião e diante da permanência do impasse em torno das candidaturas à Vice-Presidência do Senado, a bancada do PT informou que pretende fazer um rodízio no cargo. De acordo com Humberto Costa (PT-PE), futuro líder do partido na Casa, a senadora Marta Suplicy (PT-SP) e o senador José Pimentel (PT-CE) deverão se revezar, ocupando o cargo por um ano cada um. Apesar de não estar prevista no Regimento Interno, a manobra será possível com a renúncia do titular, uma nova indicação do partido e uma nova eleição para o cargo.

– Existe o risco de alguém lançar uma candidatura concorrente na hora, mas é o que dá para fazer – admitiu Humberto Costa, referindo-se à possibilidade de outro partido lançar candidato para o cargo no momento da renúncia do parlamentar do PT.

Também ficou decidido que o rodízio deverá ser aplicado à presidência das comissões. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) terá como presidentes Eduardo Suplicy (PT-SP) e Delcídio Amaral (PT-MS). O acerto para definir quem irá ocupar primeiro o cargo se dará entre os próprios candidatos. Hoje, o partido voltará a se reunir para ouvir dos candidatos como ficou a divisão.

Humberto Costa disse que o PT ficou insatisfeito com a proposta do PMDB de mudar o critério de proporcionalidade para a escolha, pelos partidos, das comissões que irão presidir.

– Nem sempre o que é bom para o PMDB significa que seja bom para o PT – observou.

A decisão da bancada foi de rejeitar a proposta do PMDB, mas garantindo que apoiará qualquer candidato peemedebista à Presidência do Senado.

PSOL decide hoje se disputa presidências

O PSOL decide hoje se lança candidato próprio para disputar as presidências da Câmara e do Senado. A bancada do partido se reuniu na última quinta-feira, quando foram divulgadas as propostas a serem defendidas pelo partido na legislatura que se inicia amanhã.

O senador eleito Randolfe Rodrigues (AP) disse que o PSOL não concorda com a “aparente pacificação e consenso” em torno da reeleição de José Sarney para a Presidência do Senado. O partido também não apoiará Marco Maia (PT-RS) para a Presidência da Câmara, nem a candidatura avulsa do deputado Sandro Mabel (PR-GO), declarou. Randolfe Rodrigues, com 38 anos, será o senador mais jovem da próxima legislatura,

O compromisso do PSOL é com o “resgate ético” do Legislativo, observou Randolfe. Marinor Brito (PA), por sua vez, completou que o PSOL lutará pela ética, pela democratização do Senado e por

mais transparência na instituição. Segundo ela, Sarney é “polo antagônico” do desenvolvimento que os parlamentares do partido pensam para a Amazônia.

Entre as propostas a serem defendidas pelo PSOL, destacam-se a “recuperação do protagonismo” do Legislativo, com agenda que contemple mais projetos de lei e propostas de emendas constitucionais de interesse popular; a adoção do orçamento impositivo, e não apenas indicativo, como nos dias atuais; a implementação de uma reforma política, com destaque para o financiamento público exclusivo de campanha; o uso de referendos e plebiscitos para questões estratégicas e de alta relevância social; e a possibilidade de revogação dos mandatos políticos pelos eleitores.

A reunião do PSOL também contou com a presença do deputado Ivan Valente (SP) e do deputado eleito Jean Wyllys (RJ).



Randolfe Rodrigues (E), Jean Wyllys, Marinor Brito e Ivan Valente na reunião do PSOL, quinta-feira

Licença do Ibama para realização de serviços de infraestrutura pelo consórcio que vai construir hidrelétrica está sendo questionada pelo Ministério Público do Pará. Marina Silva e Flexa Ribeiro avaliam impacto da decisão

Senadores divergem sobre liberação das obras da usina de Belo Monte

O MINISTÉRIO PÚBLICO do Pará anunciou na quinta-feira que deverá pedir na Justiça o cancelamento da licença concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para o início das obras da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

O consórcio Norte Energia, responsável pela construção da hidrelétrica, obteve uma licença de instalação que lhe permite realizar obras de infraestrutura, como estradas e acampamentos. A liberação para a construção da usina em si ainda está em análise. O MP questiona, no entanto, a base legal para o modelo de licença de instalação.

Em entrevista à Agência Senado, a senadora Marina Silva (PV-AC) disse que, a seu ver, a libera-



Marina critica concessão da licença após exoneração de presidente

ção das obras por etapas foi uma estratégia para “passar por cima dos critérios técnicos”. Ela questionou a licença concedida pelo Ibama dias após a exoneração de Abelardo Bayma, presidente



Flexa celebrou decisão, mas disse que fiscalização ambiental será rigorosa

do órgão, no dia 12 de janeiro. De acordo com informações da imprensa, Bayma vinha sendo pressionado a liberar as obras, que estão atrasadas.

– É preciso um esforço para

a geração de energia, mas não sem que se respeitem os critérios técnicos – disse a senadora.

Já o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que presidiu a sub-comissão temporária instituída na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para acompanhar a execução das obras de Belo Monte, comemorou a decisão. Ele disse esperar pela liberação definitiva das obras ainda no início de 2011.

– Estaremos atentos, cobrando a execução de todas as exigências ambientais e sociais do consórcio. Que Belo Monte possa ser, ao final, um exemplo de que é possível realizar obras desse porte na Amazônia, desde que priorizadas as questões ambientais e sociais – disse.

STF nega liminar a Capiberibe

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, indeferiu na quinta-feira o pedido de liminar formulado pelo ex-senador João Capiberibe (PSB-AP) visando assumir o cargo de senador. Cezar Peluso fundamentou sua decisão aplicando as súmulas 634 e 635 do STF.

Nas eleições do ano passado, Capiberibe obteve votos para ocupar uma das vagas do Amapá no Senado, mas teve negado seu pedido de registro de candidatura pela Justiça Eleitoral, com base na Lei da Ficha Limpa.

Na ação, Capiberibe pedia que fosse atribuído efeito suspensivo ativo a recurso extraordinário interposto ao STF, ainda pendente de apreciação (juízo de admissibilidade) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), contra decisão dessa corte que manteve o indeferimento do registro de sua candidatura.

Projeto facilita saída de inquilino e pode aumentar oferta de imóveis

O aquecimento da economia nos últimos 12 meses impactou o mercado imobiliário e elevou o preço dos aluguéis no país. Indicador de referência para reajustar a maioria dos contratos de aluguel, a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) acumulada no período chegou a 11,5%. Mas projeto de lei (PLS 25/10) que aguarda relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) poderá ajudar a desacelerar esse ritmo de crescimento.

A intenção do autor, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), é ampliar a oferta de imóveis para alugar – e, assim, segurar a alta nos preços – com mudanças na Lei 8.245/91, que regula a locação de imóveis urbanos. O senador sugere aumentar as garantias dos proprietários e, dessa forma, incentivá-los a disponibilizar mais casas e apartamentos para aluguel.

Menos de 30 meses

A principal alteração do projeto refere-se aos contratos inferiores a 30 meses. Atualmente, esses contratos são renovados automaticamente por prazo indeterminado e dispõem ainda de algumas condições para dificultar a retomada do imóvel pelo seu dono. Entre elas, está a comprovação de necessidade



Casa para alugar na Vila Mariana, na cidade de São Paulo: oferta baixa eleva preços

de uso próprio, desemprego do locatário ou falta de pagamento do aluguel. Se o pedido não se enquadrar nas exigências, só será possível propor ação de despejo cinco anos após o início do contrato de locação. O projeto acaba com esses requisitos e dá ao locador o direito de denunciar o contrato a qualquer tempo, concedendo prazo de 60 dias para desocupação.

Outra garantia prevista pelo PLS 25/10 aos proprietários de

imóveis alugados por menos de 30 meses é que, se instaurar ação de despejo, esse locador não terá mais de aguardar os seis meses para desocupação assegurados ao locatário que contestar a ação a tempo e concordar em sair. Mas isso valerá em apenas duas hipóteses: se o proprietário precisar do imóvel para moradia própria, de seu cônjuge, descendente ou ascendente ou para a realização de obra aprovada pelo poder

público.

Antonio Carlos Júnior quer também livrar o locador de débitos deixados pelo inquilino em contas de telefone, energia elétrica, gás, água e esgoto. Assim, propõe que o proprietário pode pedir às empresas fornecedoras desses serviços, mediante comprovação da locação do imóvel, a transferência da titularidade dessas contas para o inquilino até a efetiva desocupação do imóvel.

Cristovam critica adoção do nome “PEC da Felicidade”

A denominação “PEC da Felicidade” é errônea e tem sido um entrave para a aprovação da proposta de humanizar a Constituição vinculando os direitos sociais à busca da felicidade. O autor, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), avalia que a denominação tornou a proposta (PEC 19/10) alvo de críticas e deboche, reforçando o desconhecimento em relação a seu texto.

– Espero uma mudança de consciência, para que as pessoas defendam seus direitos sociais pensando na busca pela felicidade – ressaltou, citando como exemplo as mães que defendem o direito à educação para seus filhos.

A PEC tem “uma filosofia que valoriza o bem-estar, e não apenas a renda, não se restringindo a critérios estritamente econômicos de progresso”, argumenta Cristovam. Para ele, “só um maluco” defenderia a inserção do direito à felicidade na Constituição – o que revela a incompreensão que tem cercado sua proposta.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: *
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Em *Raízes do Brasil*, de 1936, Sérgio Buarque de Hollanda observa que a colonização aqui empreendida pelos portugueses não considerou o estabelecimento a longo prazo e dentro de bases econômicas sustentáveis, o que levou à falta de planejamento urbano

Muitas causas estruturais de tragédias no Brasil vêm do período colonial

HÁ ALGO DE extremamente poético na silhueta das cidades brasileiras, mas que está entre as causas estruturais dos desastres verificados ultimamente em muitas de nossas áreas urbanas. O exemplo mais recente é o da Região Serrana do Rio. Esse elemento de beleza decorre justamente da forma como a maioria das cidades surgiu e se desenvolveu desde os tempos coloniais: acompanhando as linhas do relevo e com pouco ou nenhum planejamento. Uma igreja que medita no outeiro, o casario que sobe e desce ladeiras, edifícios que se estabelecem sem medo à margem dos rios. Tudo isso impressiona o viajante e lhe dá o conforto de imaginar uma sociedade que se amoldou à paisagem sem conflitos, quase como se estivesse deleitosamente confundida com a natureza.

Na clássica obra *Raízes do Brasil*, o historiador Sérgio Buarque de Hollanda observa que essa urbanização sinuosa é um reflexo do tipo de colonização empreendida pelos portugueses e da própria psicologia e visão de mundo dos colonizadores lusos. De acordo com ele, o interesse dos portugueses no Brasil era o de tirar o máximo de riquezas possível, e com pouco esforço, não levando em conta o estabelecimento no longo prazo e dentro de bases econômicas sustentáveis. Por isso, instalaram-se preferencialmente no litoral, de onde era fácil enviar para a Europa o fruto da exploração, afirma Sérgio Buarque.

“Não convinha que aqui se fizessem grandes obras, ao menos quando não se produzissem imediatos benefícios. Nada que acarretasse maiores despesas ou resultasse em prejuízo para

Helder Pontes/Jornal O Povo



Casa destruída por enchente em distrito de Petrópolis, onde, desde os anos 1970, pode-se construir sem planejamento urbano

a metrópole”, diz. O historiador cita trecho de uma carta do padre Manuel de Nóbrega, de 1552: “de quantos lá vieram, nenhum tem amor a esta terra[...] todos querem fazer em seu proveito, ainda que seja a custa da terra, porque esperam de se ir”.

Interior

O avanço para o interior deu-se dentro da mesma visão econômica e sob o cuidado de que ninguém se estabelecesse de forma definitiva. “Os regimentos forais concedidos pela Coroa portuguesa, quando sucedia tratarem-se de regiões fora de beira-mar, insistiam sempre em que se povoassem somente as partes que ficavam às margens das grandes correntes navegáveis, como o rio São Francisco”, diz Sérgio Buarque. Ele acrescenta que

o desinteresse por planejar cidades também refletia a própria experiência urbanística de Portugal e um traço do caráter português de então, avesso à transfiguração da realidade por meio de métodos, sistemas ou códigos racionais. “Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’”, anota Sérgio Buarque.

De acordo com o historiador, os portugueses preferiam agir “por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras. Assim, é comum a coexistência das chamadas ‘vilas velhas’, com os novos centros urbanos de origem colonial, o que o historiador considera o “persistente testemunho dessa atitude tateante e perdulária”.

Conta o livro que, no começo

do século 19, o professor de grego Luís dos Santos Vilhena criticava a escolha da situação na qual foi edificada a cidade de Salvador: uma colina escarpada cheia de “tantas quebras e ladeiras” quando ali perto havia “um sítio dos melhores”.

A ironia poética da América lusa alcançou por fim a memória do cantor dessa simbiose da sociedade com a natureza: entre as casas destruídas pela enchente do dia 12 de janeiro em São José do Vale do Rio Preto, estava a de Antonio Carlos Jobim. Ali no refúgio que construiu com tanto esforço, e que faz parte do imaginário da MPB, ele compôs a célebre *Águas de Março* e outras canções da fase pós-Bossa Nova.

Nelson Oliveira
Agência Senado



Ouro Preto (MG): traçado urbanístico sinuoso de várias cidades no Brasil acompanha as linhas do relevo, com pouco ou nenhum planejamento

Célio Azevedo/Senado Federal



Ester Monteiro, da Rádio Senado, dá seu depoimento sobre ocupação de Petrópolis

Plano original de Petrópolis não foi respeitado

Foi criada em Petrópolis (RJ), cidade constituída a partir de decreto imperial de 1843. Arrendadas as terras ao major Júlio Frederico Koeler (militar e engenheiro alemão naturalizado brasileiro), Petrópolis teve um planejamento urbanístico detalhado. O projeto de Koeler inverte a lógica portuguesa: os rios não mais correriam nos fundos das casas, mas na frente, e não mais seriam coletores de dejetos, mas se integrariam ao projeto urbanístico.

Nas instruções para a execução do decreto, foi estabelecida a reserva, no alto das montanhas e colinas, das matas necessárias à conservação das águas. Koeler realizou levantamento topográfico minucioso durante mais de um ano. Já era de conhecimento dos fundadores de Petrópolis a conformação dos terrenos íngremes e rochosos propícios à erosão quando submetidos às fortes chuvas de verão. Os foreiros estavam obrigados a velar pela conservação das árvores destinadas a sombrear as estradas, ruas, caminhos e praças, e das matas reservadas para construção em sua frente ou fundos.

Tudo isso foi deixado alguns anos mais tarde e, mais de um século depois, o avanço da especulação imobiliária fincou tentáculos sobre o casario da área central e vales próximos, num cenário em que as primeiras crises da indústria têxtil geravam suas vítimas. Em processos sucessivos de crescimento, restavam – para as populações pobres que fugiam do Rio, de Minas Gerais e até da Bahia – a beira dos rios, destruindo-se as matas ciliares, os fundos de vales e finalmente as encostas.

Na década de 70, permitiu-se a construção de prédios com mais de 12 andares na área central, rompendo os paradigmas propostos por Koeler – que aceitava crescimento vertical moderado, desde que a altura das construções fosse limitada em função da largura das ruas. Passou-se a permitir construções nos distritos livremente, inclusive Itaipava.

Até quando vamos continuar assistentes impotentes das tragédias humanas, agora postadas a cada segundo na rede mundial, enquanto ouvimos técnicos dizerem que elas poderiam ter sido evitadas? O plano de Koeler para Petrópolis já dizia isso há 168 anos! (Trechos de depoimento da jornalista Ester Monteiro)

Wallace Faria/fotografia